



SEÇÃO LIVRE

A política portuguesa do Brasil para a revolução dos cravos*Brazil's foreign policy for the carnation revolution***Tiago João José Alves¹**orcid.org/0000-0002-2640-1174tiagojjalves@gmail.com**Recebido:** 14 abr. 2024.**Aprovado:** 29 fev. 2024.**Publicado:** 12 jul. 2024.

Resumo: Este artigo examina a política externa do Brasil para a Revolução dos Cravos a partir das fontes diplomáticas. Enquanto a opinião pública internacional e diversas chancelarias foram surpreendidas pela Revolução dos Cravos, ainda em 1973, a diplomacia do Brasil fez uma sólida previsão, sustentando que Portugal passaria por bruscas e profundas mudanças. Não por acaso, o país foi o primeiro a reconhecer o novo regime. Com a derrubada do Estado Novo, a influência comunista e socialista foi acompanhada pela diplomacia brasileira, porém, ela não ingeriu nos assuntos internos de Portugal. O único encaminhamento controverso do governo brasileiro foi indicar Carlos Alberto da Fontoura, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), para ser embaixador do Brasil em Lisboa, o que alvitrou protestos de vários grupos portugueses. A maior preocupação do governo brasileiro esteve no intercâmbio entre ativistas opositores do regime civil-militar. Existia receio de que militantes portugueses viessem ao Brasil promover uma revolução e de que ativistas brasileiros fossem para Portugal promover campanhas de oposição contra o regime brasileiro. Em síntese, durante a revolução e a consolidação de um regime democrático e liberal, as relações bilaterais Brasil/Portugal foram cordiais e positivas, sem interferências de ambos os lados.

Palavras-chave: Portugal. Revolução dos Cravos. Brasil. Política Externa Brasileira.

Abstract: This article examines Brazil's foreign policy towards the Carnation Revolution from diplomatic sources. While international public opinion and several chancelleries were surprised by the Carnation Revolution, even in 1973, Brazilian diplomacy made a solid prediction, maintaining that Portugal would undergo sudden and profound changes. It is no coincidence that the country was the first to recognize the new regime. With the overthrow of the Estado Novo, communist and socialist influence was accompanied by Brazilian diplomacy. However, this diplomacy did not interfere with Portugal's internal affairs. The only controversial move by the Brazilian government was to nominate Carlos Alberto da Fontoura, former head of the National Information Service (SNI), to be Brazil's ambassador in Lisbon, which sparked protests from several Portuguese groups. The Brazilian government's biggest concern was the exchange between opposition activists of the civil-military regime. There was fear that Portuguese activists would come to Brazil to promote a revolution and that Brazilian activists would go to Portugal to promote opposition campaigns against the Brazilian regime. In summary, during the revolution and the consolidation of a liberal and democratic government, Brazil/Portugal's bilateral relations were cordial and positive, without interference from either side.

Keywords: Portugal; Carnation Revolution; Brazil; Brazilian foreign policy.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Introdução

A Revolução dos Cravos abarcou operações e símbolos no seu itinerário. Ações e deliberações foram desempenhadas pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), grupo que exerceu a liderança e encerrou o Estado Novo português. Para o sucesso da empreitada, algumas decisões foram indispensáveis, demonstrando moderna e inteligente eficiência operacional. A intervenção militar foi marcada por diversas ações: a criação de um posto de comando, o destacamento de grupos militares, as operações de escutas, as prisões de inimigos, a ocupação de espaços essenciais² (edifícios públicos, órgãos de comunicação). Nas ruas, o cravo vermelho veio a se tornar a referência histórica e momentânea dos acontecimentos³. Tanto as canções quanto o cravo tornaram-se alegorias e seguem presentes nas efemérides da data. Os dias que abalaram Portugal transformaram-se em experiências reais de libertação e fraternidade para a população que apoiou o fim do Estado Novo. Tanques, carros blindados e militares apontando para instalações-chave operacionalizaram, na prática, o plano elaborado nas reuniões secretas dos militares (Page, 2011, p. 327). A euforia ganhou a cidade de Lisboa, contrariando a determinação do MFA que pediu para a população se "manter

serena e evitar sair às ruas" (Diário de Lisboa, 25 de abril de 1974, p. 1). A população percebeu o que estava acontecendo e ocupou a parte baixa da cidade, epicentro dos eventos. Marcello Caetano, presidente do Conselho de Ministros, alertado sobre a movimentação das tropas, refugiou-se no Quartel-General (QG) do Carmo. O QG foi cercado pela cavalaria, o general António de Spínola intermediou a negociação e Caetano entregou o poder, exilando-se para o Brasil com um interlúdio pela Ilha da Madeira.

Considerando apenas os eventos ocorridos em Lisboa, foi uma revolução calma, pacífica que começou como golpe e terminou por instaurar um regime democrático. A única oposição peremptória veio da Direção-Geral de Segurança (DGS), polícia política do regime português⁴.

Nove meses separam a primeira reunião dos militares realizada em 9 de setembro de 1973 e o 25 de abril. A Guerra Colonial em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique foi determinante. Os exaustivos teatros de operações na África politizaram os militares. Na esteira dos eventos que culminaram na organização e politização de parte das Forças Armadas (FFAA) esteve o decreto-lei de 13 de julho de 1973⁵, a publicação do livro *Portugal e o Futuro* do general António de Spínola⁶ e a tentativa de levante no dia 16 de

² Alguns dos pontos estratégicos ocupados: Emissora Nacional, Rádio Televisão Portuguesa, Aeroporto de Lisboa, Estado-Maior do Exército, Ministério do Exército, Banco de Portugal. Duas senhas radiofônicas foram escolhidas para organizar as tropas militares. Na noite de 24 de abril, na Emissora Associados de Lisboa, foi transmitida a canção "E depois do Adeus", cantada por Paulo de Carvalho, sinalizando a preparação das tropas. Na Rádio Renascença, no dia 25 de abril, foi a vez de "Grândola, Vila Morena", interpretada por Zeca Afonso, sinal que determinou a saída das tropas.

³ Duas versões explicam sua popularização: 1) mulheres vendiam cravos em Lisboa e decidiram presentear os soldados; 2) Celeste Caetano, funcionária de um restaurante, encontrou um soldado que pediu um cigarro, ela deu-lhes um cravo. Os cravos que ela portava seriam distribuídos no restaurante que ficou sem expediente. Outros soldados se divertiram com a situação e também pediram seus cravos.

⁴ Um grupo de agentes da polícia política reagiu, causando 13 feridos e duas mortes.

⁵ Medida sobre a promoção e a abertura do quadro permanente do exército aos oficiais milicianos que trouxe frustração entre os oficiais de carreira. Pressupunha que oficiais milicianos virassem oficiais de carreira do quadro permanente, diminuindo de quatro anos para um ano o tempo de formação na Academia Militar e na Escola Naval. Buscava-se sanar a insuficiência de efetivos militares na Guerra Colonial. Causou choque entre os interesses dos oficiais de carreira e os oficiais milicianos (Figueiredo, 1976, p.232). Mesmo com a suspensão da medida, os capitães se indignaram, realizaram protestos corporativos e políticos.

⁶ O livro do então comandante-chefe e governador de Guiné-Bissau serviu de estímulo político-intelectual para os militares enfrentarem o regime. Spínola avaliou que a derrota militar seria inevitável em Guiné-Bissau, apostando na negociação política como solução. Tergiversando, Marcello Caetano, mantinha a tese de seu antecessor, Oliveira Salazar, de não negociar com "terroristas" (Antunes, 1990, p. 91). Lançado no dia 18 de fevereiro de 1974, o livro sugeriu conceder autonomia progressiva às colônias africanas portuguesas (Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe) dentro de uma Comunidade Lusitana. A guerra consumia recursos, vidas e capacidades. Spínola sugeriu uma alternativa pacífica para a sobrevivência de Portugal (Spínola, 1974, p.16, 43). A proposta expressa no livro sustentou "promover a autodeterminação das populações ultramarinas pela sua integração na República Portuguesa" (Spínola, 1974, p. 144). Caetano leu o livro e no dia 21 de fevereiro convocou os generais Spínola e Costa Gomes para uma reunião, assuntando a possibilidade de incitação de golpe de Estado. Depois organizou uma cerimônia militar no dia 14 de março de 1974 para fortalecer a defesa das colônias. Costa Gomes e Spínola não foram ao evento e logo foram demitidos. Paralelamente, desabrocharam planos e ações para a efetiva derrubada do regime.

março, nas Caldas da Rainha⁷.

Ademais das diferenças profissionais, as FFAA encontravam-se divididas em relação à Guerra Colonial. Demonstração dessa divisão foi o "Congresso dos Combatentes do Ultramar" no Porto, em junho de 1973, organizado por um grupo conservador de militares que apoiava a manutenção das operações. Já o seguimento progressista disseminou o sentimento contra a guerra, o evento no Porto serviu de pretexto para a realização de um encontro paralelo. Em setembro de 1973, em Óbidos, foram dadas as bases para a criação do MFA, reunindo 136 oficiais, formada por capitães. No dia 5 de março de 1974 foi aprovado o manifesto "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação", que serviu de base para o Programa do MFA. O Manifesto reconheceu o fracasso da estratégia utilizada na Guerra Colonial e sugeriu uma "solução política e não militar". Reconheceu que as FFAA estavam humilhadas, desprestigiadas e que se tornaram responsáveis pelo desastre colonial⁸. O Programa trouxe uma plataforma para resolver a crise nacional, prevenindo a destituição do presidente da República, do Governo e a dissolução da Assembleia e do Conselho de Estado. No documento, foi avaliado que o sistema político vigente não tinha encontrado solução para a paz e que a democracia deveria ser a via para sanar os problemas do "Povo Português". Assumindo o compromisso de evitar convulsões internas, elencou uma série de medidas para dismantelar o Estado Novo, instaurar uma Junta de Salvação Nacional (JSN) e um governo provisório para aplicar a transição democrática⁹.

O general Spínola foi escolhido para chefiar a JSN estabelecida após a queda do regime e, no dia 15 de maio, sucedeu a Américo Thomaz, ex-presidente da República. O general, com seu indispensável monóculo, formou um governo de coalizão que incluía dois líderes portugueses

que tinham retornado do exílio: Álvaro Cunhal, do Partido Comunista Português (PCP), e Mário Soares, do Partido Socialista (PS). Henry Kissinger, secretário de Estado dos EUA, chegou a arrazoar que Portugal era uma causa perdida e que se tornaria a Cuba da Europa (Page, 2011, p.334). De fato, socialistas e comunistas estavam no poder e havia a iminência da revolução radicalizar-se e Portugal sair do regime capitalista. Por isso, Kissinger apostou na ajuda financeira aos anticomunistas portugueses para contrapor o apoio soviético que girava em torno 10 milhões de dólares por mês ao PCP (Harvey, 1978, p.73).¹⁰

Por conta das relações históricas, azadas e sentimentais com Portugal, o governo e a diplomacia brasileira acompanharam a revolução. Mesmo antes do golpe, em passagem por Lisboa, Carlos Lacerda leu o livro de Spínola e decidiu lançá-lo no Brasil. No prefácio de 31 de março de 1974, Lacerda afirmou que Portugal não seria mais o mesmo após a publicação da obra. Para ele, o livro possuía "o valor de uma palavra sincera, a força de uma inteligência clara" (Spínola, 1974, p.12) e que tais predicados mudariam os rumos do país.

No dia 27 de abril, o governo brasileiro recebeu uma notificação por telex da Embaixada do Brasil em Lisboa. O documento esquadrinhou o fim do antigo regime e a criação de uma JSN. Prontamente, no mesmo dia, o encarregado de Negócios da embaixada do Brasil em Lisboa, António Fantinato Neto, informou a posição brasileira a Freitas Cruz, chefe do Departamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Comunicando a decisão oficial em nota do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Brasil reconheceu o novo regime (Correio Brasiliense, 28 de abril de 1974), sendo o primeiro país a tomar tal deliberação.

Antes, durante e depois da Revolução dos Cravos, múltiplas opiniões foram despertadas na

⁷ O livro de Spínola inspirou movimentações de tropas do Regimento de Infantaria nº 5 de Caldas da Rainha. Uma coluna saiu na madrugada do dia 16 de março e encetou um esforço de golpe militar. As tropas se dirigiram para Lisboa, mas desistiram das ações por falta de apoio e erros de coordenação. Foi a primeira tentativa de golpe.

⁸ "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação", Fundação Mário Soares / Documentos Ana Coucello, Disponível em: <http://www.casa-comum.org/cc/visualizador?pasta=04791.001>

⁹ Programa do MFA. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/docs25a/MFA1-1.HTM>

¹⁰ 600 (F42) 622 (F42). G/SG/DEU/Comunicado do EMGFA, opção socialista do MFA. Brasemb Lisboa, 6 de novembro de 1974.

sociedade brasileira. Foi uma mistura de sentimentos: receio, dúvida, expectativa, curiosidade, posições contrárias e favoráveis. Entre a esperança e a preocupação, diversos países e o Brasil seguiram de perto o processo revolucionário português. Da embaixada brasileira em Washington, ainda no dia 25 de abril, João Augusto de Araújo Castro afirmou que poucos choraram pela derrubada de Caetano: "um remanescente do regime salazarista, que não podia viver sem Salazar"¹¹. Essas e outras ideias foram elaboradas no interior da diplomacia brasileira, do Itamaraty e do governo do Brasil. Como afirmou um cronista que acompanhou de perto os eventos em terras lusitanas: "a revolução estava sempre nas ruas e mudava o tempo todo de sentido. Era um verdadeiro caleidoscópio" (Góes, 2007, p. 28).

Em vista disso, o presente artigo se baseia na análise de posições, ideias e opiniões do Estado brasileiro, dando ênfase na documentação da Embaixada do Brasil em Lisboa e do Itamaraty. Compreende-se aqui que o Estado é o ator legítimo de representação da nação e dos indivíduos (Oliveira, 2005, p.3), atuando em conjunto com o MRE na formulação e execução da política externa brasileira. Considerando que os episódios de abril promoveram diagnósticos e prognósticos, o objetivo é compreender a política portuguesa do Brasil para a Revolução dos Cravos. Em outras palavras, como o governo de Ernesto Geisel e a chancelaria de António Francisco Azeredo da Silveira reagiram e acompanharam o processo revolucionário? A diplomacia brasileira foi surpreendida pelos acontecimentos? Houve uma preferência política por parte do regime brasileiro em relação à liderança do poder em Portugal? Quais foram as preocupações da diplomacia brasileira diante dos rumos da revolução?

A decadência do Estado Novo e a aurora da Revolução dos Cravos

Apesar da longevidade, a ditadura, idealizada pelo professor Salazar e continuada pelo também professor Caetano¹², não agenciou profundos arranjos políticos. As habilidades políticas de ambos procuraram driblar a anátema internacional que Portugal foi alvo em decorrência do colonialismo¹³. O uso da base de Lajes (Açores), os ajustes nas terminologias antiquadas do regime, a ênfase no anticomunismo e as reformas superficiais contornaram as críticas globais¹⁴. Mas a duração e a flexibilidade do Estado Novo não representaram a ausência de oposição. Diversos enfrentamentos passivos e ativos ampliaram o descontentamento civil e militar. A mobilização exaustiva na Guerra Colonial (média de 1 milhão de militares por ano), a evasão dos refratários do serviço militar (100 mil jovens), o crescimento das oposições, os levantes estudantis, os questionamentos da classe média, as tentativas de golpes e a emigração em massa (mais de 1 milhão de 1950 a 1970) foram precedentes que desencadearam um sistema democrático (Cabral, 2020, p.38, 43). O déficit da balança comercial foi agravado pelos excessivos gastos militares com os teatros de operações (Secco, 2005, p.22). Esse déficit era recompensado pelas divisas oriundas do turismo e das remessas dos emigrantes, ou seja, os recursos e lucros extraídos das colônias não bastavam. Em meados de 1968, 36% do orçamento português foi gasto para defender Angola, Moçambique e Guiné-Bissau contra as guerrilhas (Ramos, 2009, p.679-680). A Guerra Colonial virou fardo financeiro, moral e psicológico. Deserções, refratários, mortos, lutos, gastos exagerados, traumas físicos e mentais impetraram o itinerário dos longos 13 anos de conflitos.

¹¹ 600(F42)601.3(F42) Embaixada do Brasil em Washington, Golpe de Estado em Portugal, Confidencial, Urgentíssimo, 25 de abril de 1974.

¹² O general Óscar Carmona foi reeleito presidente sucessivamente de 1926 até 1951. O general Craveiro Lopes (1951-1958) e o almirante Américo Tomás (1958-1974), candidatos oficiais, alternaram-se no poder sem dificuldades. Na presidência do Conselho, Salazar esteve no poder até 1968 e Caetano, quando assumiu no seu lugar, permaneceu até 1974.

¹³ Na 15ª Assembleia Geral da ONU, Nikita Krushev e Kwame Nkrumah fizeram críticas ao colonialismo português, obrigando Portugal a dar explicações sobre seus territórios.

¹⁴ Desde a II Guerra Mundial, Portugal alugava a base nos Açores para manobras militares. Em 1951, ocorreu a revogação do Acto Colonial e as colônias passaram a serem denominadas províncias ultramarinas, também caindo em desuso o uso do termo Império Colonial. Em 1961, o Estatuto Indígena foi abolido, garantindo direitos iguais aos africanos, um novo código de trabalho rural foi instituído e o trabalho forçado nas colheitas de algodão, extinto; A teoria lusotropicalista, criada pelo sociólogo Gilberto Freyre, serviu para justificar a presença colonial portuguesa.

As estatísticas sociais em Portugal demonstram as carências de políticas públicas. Configurado como um dos países mais pobres da Europa, segundo relatório oficial de 1964, 24,3% das famílias tinham habitações irregulares. Somente 42,5% da população possuía luz elétrica, 80% viviam sem saneamento básico e 86% sem água corrente. O país ocupava a primeira posição em mortalidade infantil e um dos piores níveis de escolaridade da Europa. Quinhentos grandes proprietários detinham a maior porcentagem de terras e 11 grupos monopolistas controlavam os negócios (Netto, 1986, p.21-22)¹⁵.

Caetano declarou que a continuação do Estado Novo sem Salazar não constituía problema, pois a doutrina e a obra salazarista haviam edificado um sólido sistema e educado toda uma geração (Caetano, 1959, p.177-179). Além do isolamento interno (expansão das oposições), do retraimento externo (organismos internacionais¹⁶), houve ainda uma crise econômica. Juntamente com o atraso social, a economia se abateu com déficit orçamentário, quebra na balança de pagamentos, inflação, arrocho salarial, novos tributos, retraimento dos investimentos e especulação financeira.

Diante desse quadro, o MFA exerceu a liderança e capitalizou o anseio de gerações de opositoristas. Reuniu oficiais de patente intermediária, tendo certa distância de partidos/agremiações políticas. Esboçou o fim da guerra, a derrubada da ditadura, prevendo a instauração de um governo de transição para a construção de um Estado democrático. Dispersas opiniões favoráveis ao socialismo também passaram pelo MFA, o certo é que a pauta pela democratização unificou as diferentes posições. Posteriormente, a participação popular e a influência dos partidos políticos conferiram novos contornos ao MFA.

Essa tendência fez com que líderes do movimento expusessem seus posicionamentos políticos (Secco, 2005, p.35).

O novo governo apresentou três princípios norteadores, baseados no projeto do MFA: descolonizar, desenvolver e democratizar. Internamente, promoveu o fim dos organismos e instituições do regime deposto, a anistia dos presos políticos, a implantação de liberdades e de uma nova plataforma política econômica e social, apreciando os direitos dos trabalhadores. Previu a formação de um governo provisório civil; a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, direto e secreto; e, externamente, a pacificação ultramarina (Rezola, 2015, p.4-5). Com o desfecho do 25 de abril, o MFA se dividiu em três tendências¹⁷.

Com o fim do Estado Novo, Spínola, uma espécie de Alexander Kerenski¹⁸, foi a liderança que garantiu a estabilidade hierárquica das FFAA, angariando o consentimento dos militares. Porém, demitiu-se no dia 30 de setembro de 1974, mesmo tendo recebido o apoio, dois dias antes, da chamada "maioria silenciosa".

E por que a Revolução dos Cravos foi única? Por ter quebrado o ciclo de décadas do autoritarismo, rompido com as instituições tradicionais, estabelecendo uma democracia e anunciado um futuro socialista (Chilcote, 2010, p.1).

A diplomacia brasileira e a previsão da Revolução...

A ditadura brasileira baseou-se num regime fechado com ênfase no poder do Executivo, na governança a partir de decretos-lei, no perfil tecnocrático de administração, deslegitimando a participação de partidos e do parlamento. Entre 1968 e 1973, com a cooperação entre o empresário e o Estado, o país atingiu elevadas taxas

¹⁵ Alguns desses grupos monopolistas: Cia. União Fabril, Espírito Santo, Champalimaud, Português do Atlântico, Borges & Irmão, Nacional Ultramarino e Fonecas & Burnay.

¹⁶ Protestos na Organização das Nações Unidas e condenação do colonialismo português em suas instâncias, denúncias feitas pelas nações independentes africanas, pela Organização de Unidade Africana (OUA), entre outras acusações.

¹⁷ Os oficiais moderados, de inclinação socialista, eram liderados pelo grupo dos nove, incluindo Melo Antunes, mentor do Programa do MFA. Os "gonçalvistas", que queriam o avanço da revolução numa expectativa terceiro-mundista e de edificação de "democracias populares", obtiveram o apoio do PCP e de Vasco Gonçalves. E os "copconistas" do COPCON (Comando Operacional do Continente), liderada por Otelo Saraiva de Carvalho, pretendia alargar o avanço socialista a partir do Processo Revolucionário em Curso (PREC).

¹⁸ Foi primeiro-ministro do governo russo. Tornou-se o personagem político que seria capaz de frear os avanços da Revolução Russa em direção ao socialismo/comunismo.

de crescimento¹⁹. Ao estruturar o desenvolvimento do capitalismo nacional, houve intervenção estatal, concentração oligopolista da produção e internacionalização da economia. Diversos seguimentos da indústria e do comércio exterior se expandiram, consolidando o ideal de tornar o Brasil uma potência média, evitando crises sociais e dissidências políticas. Entretanto, no governo de Geisel, as crises do petróleo e do mercado global prejudicaram o acelerado ritmo de crescimento econômico, aumentando o índice inflacionário e a dívida externa (Diniz, 1994, p.200-201). O Pragmatismo Responsável e Ecumênico foi a orientação adotada pela diplomacia brasileira, eliminando os apriorismos e o alinhamento automático na política externa, uma forma de enfrentar a conjuntura desfavorável. Buscou-se a independência para diminuir as influências externas que dificultavam o desenvolvimento do país, garantindo uma "participação mais segura e autônoma no sistema internacional" (Mendonça e Miyamoto, 2011, p. 14).

Um dos acontecimentos mais marcantes de seu governo, ademais da crise do "Milagre Econômico", edificado e propagandeado pelo presidente Médici, foi a Revolução dos Cravos. No entanto, diferentemente da maior parte das nações que foram surpreendidas com os eventos em Portugal, em 1973, a diplomacia brasileira havia previsto o que ocorreu²⁰ (Gallagher, 1983, p.191).

O documento intitulado "Informações sobre Portugal²¹", da Embaixada do Brasil em Lisboa, apresenta um denso exame feito pelo Brasil. Seu teor se distanciou dos históricos laços de amizade com Portugal, fornecendo predições do futuro português. Distinguiu a divisão política no país, apontando como causas: a restrição de

candidatos oposicionistas às eleições, obrigando-os a desistir do pleito; a repressão às oposições representadas nos "comunistas, traidores da pátria" e "grupos contestatórios estudantis". O documento atestou que existia uma divisão entre "hierarcas do regime e seus seguidores de extrema-direita, fiéis a critérios herdados do Prof. Salazar" e "liberais e esquerdistas, de várias matizes". Esses grupos possuíam divergências no âmbito doméstico, ultramarino e internacional. O documento reconheceu que os dois extremos não dialogavam e seus estilos "monistas" inviabilizavam a conciliação e, por isso, a radicalização política seria inevitável. A diplomacia brasileira também concordou com a tese de descontentamento da oficialidade²². E quanto às utopias idealistas em torno de Caetano, o documentou garantiu que seu governo trouxe "cinco anos de espera e de ilusões desfeitas". Assim, existia real interesse nas oposições em renovar as estruturas político-sociais, a economia e a posição ultramarina e externa de Portugal. A embaixada garantiu que Spínola simbolizaria a "reformulação do cenário lusitano e das relações" portuguesas, prevendo que, em 1974, ocorreriam alterações surpreendentes no cenário de Portugal, ou seja, a análise fez uma nítida previsão do que aconteceria em 1974. Esse importante documento também aferiu que Portugal daria preferência a uma integração econômica com a Europa, alargando e unificando a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) à Comunidade Econômica Europeia (CEE), mantendo grande parte do volume do comércio exterior²³. Sobre a questão ultramarina, o documento sustentou que o Brasil não poderia apoiar a posição radical de Portugal em prol do colonialismo, o que poderia

¹⁹ Entre 1968 e 1974, o crescimento anual da economia brasileira foi de 10,1%, enquanto que entre 1962 e 1967, o Produto Interno Bruto atingiu taxas anuais de 3,7% (Diniz, 1994, p. 205).

²⁰ A embaixada dos EUA não tinha nenhum contato com a oposição em Portugal e a Agência Central de Inteligência (CIA) não possuía qualquer conhecimento além do círculo político de Caetano. A inteligência britânica também foi pega de surpresa (Gallagher, 1983, p.191). A chancelaria do EUA foi surpreendida. Como disse Fernando Rosas, a "antena da CIA em Lisboa estaria desativada" (Rosas 2004, p. 129-130). A Revolução dos Cravos causou surpresa e curiosidade na opinião pública internacional, mas não no governo do Brasil.

²¹ 600(F42) 640(F42) 900(F42) Informações sobre Portugal (1973), Confidencial, Embaixada do Brasil em Lisboa.

²² Em nota, atestou como problemas o baixo nível de remuneração, a insuficiência de equipamento militar para a luta no Ultramar e o aproveitamento de milicianos de valor testado em operações de guerra, mas sem os cursos de formação e de aperfeiçoamento regulares.

²³ Em 1973, segundo análise do documento da Embaixada brasileira, os mercados da EFTA alcançaram cotas de 11,7% na importação e 13,9% na exportação. Igualmente, a participação da CEE foi de 45,2% na importação e 48,6% na exportação. Por mais tecnocráticos ou burocráticos que tais dados possam parecer, demonstraram a inevitável escolha europeia que tomaria a Revolução dos Cravos.

trazer a "má vontade" de Estados, principalmente os africanos. Essa advertência considerou a crise do petróleo e o conflito árabe-israelense, sendo que uma posição favorável do Brasil a favor da Guerra Colonial em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique poderia prejudicar o país e o "Milagre Econômico". Avaliou que as relações com Portugal deveriam se manter no foro da fraternidade sem ultrapassar os limites da forte identidade cultural e história em comum.

Entre comunistas e socialistas: os receios da ditadura brasileira

A revolução "redesenhou um país novo, construindo um marco mais aberto para o livre fluir da vontade política das classes subalternas" (Netto, 1986, p. 45). Seus resultados foram diversos. Presos políticos foram libertados, exilados retornaram e a censura foi abolida. Liderada por uma facção de esquerda das FFAA, a liberdade norteou variadas esferas da sociedade civil e do campo institucional. Mas foi do tumulto incontrolável que a democracia emergiu (Harvey, 1978, p.2). No ápice do processo revolucionário, bancos foram nacionalizados, empresas foram estatizadas, latifúndios foram confiscados, ocorreram greves, ocupações de fábricas, fazendas e moradias, tiroteios e ataques a sedes partidárias, e amotinamento de quartéis. Em torno de 20% da indústria portuguesa passou a ser propriedade governamental ou gerida pelo governo.

Simbolicamente, o governo brasileiro tomou uma decisão que pareceu representar suas diferenças e receios com o novo regime: Carlos Alberto da Fontoura, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) entre 1969 e 1974, foi nomeado embaixador brasileiro em Lisboa²⁴. Substituindo Gama e Silva²⁵, sua nomeação causou agitação nos meios políticos de Lisboa. O Grupo Autônomo

do Partido Socialista (GAPS) distribuiu panfletos afirmando que sua escolha era "um atentado contra a segurança do povo português", que Fontoura era "um ex-agente da PIDE brasileira, aliado à CIA, e fiel colaborador do regime português". Para reprovar a indicação, convocou a população para se manifestar na frente da embaixada brasileira (Tribuna, 28 de maio de 1974). O Partido Popular Democrático também protestou, exigindo a substituição de Fontoura de suas funções (Tribuna, 29 de maio de 1974). A embaixada do Brasil exprimiu preocupação com a sua segurança, levantando a necessidade de estabelecer contato com o general Costa Gomes sobre esses receios. Para driblar os protestos no aeroporto e em frente de sua residência, uma informação falsa foi veiculada na imprensa sobre o momento certo de sua chegada²⁶. Até mesmo um plano de evacuação da embaixada e dos consulados gerais em Lisboa e Porto foi elaborado como precaução, o qual foi recomendado pelo secretário Agildo Séllos Moura. O plano pretendia servir de alternativa para garantir a segurança da missão diplomática brasileira²⁷. Brasileiros também se manifestaram contra a indicação de Fontoura, estudantes das universidades técnica e clássica de Lisboa fizeram um manifesto. Nele, afirmaram que enquanto a JSN extinguiu a PIDE/DGS, prendia seus chefes, dissolvia suas brigadas, o governo brasileiro escolhia um "general de polícia" que torturou, espancou, encarcerou, maltratou e oprimiu estudantes, intelectuais, operários e camponeses. Antônio Fantinato Neto opinou dizendo que esses estudantes não tinham conseguido aprovação nos vestibulares brasileiros e eram "elementos" insatisfeitos com a vida no Brasil²⁸. Outro protesto ocorreu contra a embaixada brasileira no dia 10 de abril, envolvendo militantes da Liga da União de Ação Revolucionária (LUAR), do Movimento Socialista

²⁴ Permaneceu no cargo de 24/05/1974 a 08/12/1978. Carlos Alberto havia sido chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), entre 1969 e 1974.

²⁵ Embaixador de 04/08/1970 a 30/03/1974. O sucessor de Fontoura foi Dário Moreira de Castro Alves, que serviu em Lisboa de 1979 a 1983.

²⁶ 619.(F42) 600(F42) Embaixada do Brasil em Lisboa, Segurança do Embaixador Fontoura, Secreto Urgentíssimo, 15 de maio de 1974.

²⁷ 305(F42)600(F42)940(F42) Embaixada do Brasil em Lisboa, Segurança da Embaixada, Plano de Evacuação, Secreto, 8 de agosto de 1975.

²⁸ 600(F42) 60021(B46) Embaixada do Brasil em Lisboa, Manifesto de Estudantes Brasileiros, Confidencial, Urgentíssimo, 8 de maio de 1974.

Português (MSP) e do Movimento da Esquerda Socialista (MES). Eles afixaram cartazes de Carlos Marighella, militante morto pela ditadura brasileira, na sede da embaixada em Lisboa²⁹. Certamente, o envio de Fontoura foi um forte indício de que, apesar do Brasil ter reconhecido o novo regime em Portugal, havia temor e suspeita em relação aos desdobramentos políticos dos dois lados do Atlântico. Contudo, não representou uma interferência do Brasil nos desdobramentos da Revolução dos Cravos, pois o país, em nenhum momento, procurou intervir na autonomia do Estado português nem demonstrou qualquer preferência política.

A missão diplomática brasileira, chefiada por Carlos Alberto da Fontoura, em junho de 1974, fez um panorama da conjuntura revolucionária, demonstrando um súbito explodir de reivindicações e exigências:

Greves selvagens; indisciplina nos locais de trabalho; apelos de militares à sindicalização; manifesto de todos os tipos, desde os homossexuais até os praças da Marinha de Guerra; ocupações de fábricas e repartições públicas por operários e funcionários descontentes; movimentos de estudantes contra professores, de bancários contra banqueiros, de motoristas de praça contra a polícia; agitações de mais variada espécie (600. (F42) A/sg/De-1/DAF. Embaixada do Brasil em Lisboa. Secretaria de Estado. Situação Política em Portugal, análise perspectiva. Confidencial, 5 de junho de 1974).

Até o momento da estabilização do caminho democrático, houve luta por democracia popular durante meses e, praticamente, todos os partidos e movimentos sociais se utilizavam de uma linguagem socialista e nenhum grupo político reivindicava a herança do Estado Novo (Rosas, 2007, p.16-18). Do maoísmo ao monarquismo, as paixões políticas foram suscitadas. Exilados retornaram, partidos políticos proscritos reapareceram e novas organizações políticas foram

criadas (Augusto, 2011, p.25). A vida política portuguesa podia ser compreendida “pela difusão de múltiplas mensagens, que visam influenciar os vínculos e as repugnâncias, as esperanças e os temores, os sentimentos positivos e negativos em relação a objetivos, instituições ou heróis da cena política” (Ansart, 2019, p. 11).

E as direitas ficaram perplexas com os eventos, revelando que

comprometidas com o regime anterior e com o grande empresariado, onde têm sido recrutadas, ficaram paralisadas – para não dizer em estado de traumatismo político com a queda do regime que lhes parecia eterno. Com a destituição do governo anterior veio o fim de seu domínio de comunicação de massas, hoje dirigidos por comitês de redação esquerdistas, assim como a intranquilidade com referência a seus bens e negócios, ameaçados pela onda de contestação social que se instalou no país logo em seguida ao 25 de abril. Ninguém, em Portugal, deseja hoje ser acusado de direitista (600. (F42) A/sg/De-1/DAF. Embaixada do Brasil em Lisboa. Secretaria de Estado. Situação Política em Portugal, análise perspectiva. Confidencial, 5 de junho de 1974).

Fontoura alegou que a revolução “assustou o empresariado, paralisou os negócios, produziu a fuga de capitais, a baixa do nível de investimentos, a redução da produção, a queda da produtividade, a contração do consumo e o aumento da taxa de desemprego³⁰”. Famílias ricas fugiram para outros países, levando bens e dinheiro. Londres, Paris e Rio de Janeiro foram algumas das cidades escolhidas para as evasões³¹.

Além da presença do PCP, a diplomacia brasileira alertou sobre a ida de diplomatas e funcionários de países comunistas (URSS, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Polônia, Checoslováquia) que se mudaram para Lisboa. Segundo o informante, eram agentes de espionagem e subversão, vários dos quais serviram no Brasil e falavam corretamente o idioma português³². Porém, o chanceler

²⁹ 600(F42) 691.7(B46)(F42) Afixação de Cartazes de Marighella na Embaixada, 11 de novembro de 1974.

³⁰ 600. (F42) A/sg/De-1/DAF. Embaixada do Brasil em Lisboa. Secretaria de Estado. Situação Política em Portugal, análise perspectiva. Confidencial, 5 de junho de 1974.

³¹ Calcula-se que 10 mil proprietários, industriais, banqueiros e acionistas saíram de Portugal para aguardarem o desenrolar das convulsões sociais (Birmingham, 2017, p. 187).

³² DSI. Secretaria de Estado das Relações Exteriores a Brasemb Lisboa. Telegrama nº 822. Atividades dos serviços de espionagem e subversão de países do leste europeu. Secreto. 8 de novembro de 1974. G/SG/DSI. Atividades dos Serviços de Espionagem e Subversão dos Países de Leste Europeu. Brasemb Lisboa, Secreto, 29 de agosto de 1974.

Azeredo da Silveira afirmou que "mesmo que Portugal se tornasse comunista, o Brasil nunca poderia deixar de considerar como prioritárias e especiais" as relações bilaterais (Carvalho, 2012, p. 5). A maior preocupação com o comunismo se dava no plano doméstico, não sendo por acaso o Brasil negociou com os países comunistas durante toda a ditadura civil-militar.

E foi no verão quente de 1975, com a agitação radical, sobretudo em Lisboa, que a impressão de que os comunistas tomariam o poder pareceu inevitável (Newit, 2009, p. 213). No entanto, os revolucionários foram barrados pela contrarrevolução impulsionada pela Igreja no Norte de Portugal, pelo secular sistema de latifúndios e pelos pequenos proprietários que se alarmaram diante das apropriações de terras no Sul do país (Harvey, 1978, p.3). E, apesar das relações capitalistas de produção terem sido afetadas durante o processo revolucionário, o mercado português continuou a funcionar dentro do sistema capitalista internacional (Chilcote, 2010, p. 250). A ortodoxia do PCP e as posições que assumiu durante o chamado "Verão Quente" de 1975 determinaram a sua exclusão do governo, contribuindo para a consolidação da democracia. Posteriormente, um telegrama atestou que, depois da "fracassada intentona esquerdista" de 25 de novembro de 1975, o PCP teria procurado "libertar-se da imagem de partido golpista e projetar-se como força democrática"³³.

O regime brasileiro passou a ter receio dos rumos que a Revolução dos Cravos poderia trilhar, a diplomacia percebia a presença socialista e comunista na disputa de sua direção³⁴. O intercâmbio político entre opositores do regime no Brasil, com o novo projeto erguido em Portugal, foi

uma das principais preocupações, mas também houve o receio de que ativistas revolucionários portugueses viessem para o país³⁵. O socialismo e a liberdade, vistos como bandeiras que ligavam esses militantes, ativaram a vigilância da embaixada do Brasil em Lisboa. Como Portugal recebeu brasileiros exilados, o governo do Brasil enviou espiões e informantes, com o intuito de vigiarem seus passos. O CIEX (Centro de Informações do Exterior) se infiltrou na comunidade exilada para reunir informações.

Sobre o intercâmbio político entre intelectuais e militantes brasileiros, Fontoura alegou que Plínio de Arruda Sampaio³⁶ havia visitado Lisboa no mês de agosto de 1974. Em documento secreto, ele supõe que Sampaio e Rui Luis Gomes³⁷ estavam viabilizando a contratação de "professores brasileiros esquerdistas", "banidos ou caçados", sobretudo em disciplinas de ciências sociais e econômicas. Fontoura alegou que diversos professores tinham sido afastados devido a suas vinculações com o regime deposto ou destituídos por incompatibilidade com os estudantes "esquerdistas". Fontoura alertou que havia um "programa" intercambista, coordenado por um dirigente do PCP, que atendia aos conselhos do "comunismo internacional". Tal programa pretendia conceder emprego a "intelectuais marginalizados" e promover a substituição de professores por militantes de fidelidade comprovada para "endoutrinação" de extrema-esquerda. O embaixador citou os nomes de Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Caio Prado Jr., Mário Schenberg, Paulo Freire, Luís Hildebrando Pereira da Silva, Florestan Fernandes e Márcio Alves, como fortes candidatos para esse programa³⁸. Noutro documento, Fontoura citou o nome de Joaquim Barradas

³³ 600(F42) 600.2(F42) DE I/DSI. Política. Portugal. PCP. Da Embaixada em Lisboa, Confidencial, 31 de maio de 1976.

³⁴ As greves e os prejuízos dos supermercados da rede Pão de Açúcar aguçaram as preocupações do governo brasileiro. A embaixada do Brasil em Lisboa alertou as autoridades brasileiras sobre os riscos de nacionalização de investimentos privados estrangeiros, orientando a necessidade de tomar uma posição para proteger os interesses dos investidores brasileiros em Portugal (601.3(F42) 51.22(F42) (B46) Embaixada do Brasil em Lisboa. Ameaça sobre investimentos privados brasileiros, Confidencial, 18 de março de 1975.

³⁵ Até mesmo a organização de uma guerrilha na fronteira do Peru com pessoal treinado em Portugal foi aventada pelo governo brasileiro (Serviço Nacional de Informações com informações, Apreciação Sumária (Campo Interno), Secreto, nº 11, 1975).

³⁶ Advogado, intelectual e político. Foi relator do projeto de reforma agrária durante o governo de João Goulart. Eleito deputado federal, teve seu mandato caçado depois do golpe de 1964.

³⁷ Conselheiro de Estado e reitor da Universidade do Porto.

³⁸ 600.2(F42) 642.011(F42) 642.4(B46) DSI/G/SG/DEU Professores esquerdistas brasileiros em universidades portuguesas, Secreto, Lisboa, 16 de agosto de 1974.

de Carvalho³⁹ como um dos encarregados pela contratação de professores e pesquisadores "comunistas brasileiros" para trabalharem em universidades portuguesas⁴⁰.

Essas informações secretas foram repassadas ao governo brasileiro, dado que uma das preocupações da ditadura era a de que esses militantes promovessem campanhas *hostis* contra o regime. No final de 1974, o SNI elaborou um documento elencando os nomes de brasileiros que haviam viajado para Portugal e desenvolvido atividades gerais naquele país. O documento informou que brasileiros opositores procuraram as embaixadas de Buenos Aires, Havana e Paris para pedir refúgio político em Portugal, procurando lecionar em universidades e escolas; outros, e em maior número, não tinham destino certo. Alguns desses ativistas estavam colaborando com grupos locais de extrema-esquerda; essa afinidade, no entanto, podia comprometer as relações luso-brasileiras. Seguindo o informe do adido, inexistiam leis para proibir a entrada desses "elementos" e, por isso, nada podia ser feito pelo governo português. De fato, cidadãos brasileiros não precisavam de visto para ingressar em Portugal; aliás, o documento governamental acrescentou um fator político: questões internas ligadas à política e à administração facilitavam ainda mais esse traslado. Como desdobramento desse pensamento, o texto realçou que, em decorrência da "desmobilização dos serviços de segurança portugueses (extinção da PIDE/DGS)", o mecanismo de controle desse tipo de "elemento" desapareceu. No entanto, com a criação da Direção dos Serviços de Estrangeiros (DSE), esse argumento estaria anulado e perderia o sentido⁴¹, ou seja, o novo regime português foi criticado por isso. Também citou a criação de um Comitê de Apoio aos Refugiados Antifascistas, espaço que fomentaria o acolhimento de sujeitos *hostis* ao regime vigente no Brasil.

Esses documentos atestam que além da exis-

tência de uma política pragmática, o governo brasileiro continuou procurando se blindar de críticas, pois estas poderiam prejudicar sua imagem e inviabilizar a ampliação de sua presença no cenário internacional. Outra contradição foi o asilo político dado a diversos membros do Estado Novo português. Incluiu o próprio dirigente máximo do Estado Novo, Marcello Caetano, além de agentes da DGS/PIDE. Anibal de São José Lopes, ex-diretor da DGS em Angola, descrito como um sujeito "encantador" pelo cônsul Francisco José Novaes Coelho, escolheu o Brasil como refúgio, solicitando que sua presença fosse tratada da forma mais discreta possível⁴². Contraditoriamente, quando Spínola procurou apoio do Brasil contra o novo regime, conforme os despachos, todas suas solicitações foram negadas pelo governo brasileiro. Conforme depoimento de Geisel, também houve um grupo de militantes portugueses que, ao sair do Brasil e contando com a cooperação do governo brasileiro, buscava invadir Portugal para combater a revolução. Porém, Geisel considerou "uma loucura, uma fantasia. Coisa sem pé nem cabeça". Esses militantes chegaram a fazer contatos com o Itamaraty, mas receberam uma negativa por parte do ministério (D'Araujo e Castro, 1977, p. 509-510).

O movimento Viva Portugal, liderado por Alfredo da Silva Pereira, Manoel Emygdio da Silva e Vasco da Câmara Pereira, iniciou campanha no Brasil contra a implantação do comunismo em Portugal. Porém, o Ministério da Justiça e o Itamaraty proibiram manifestações políticas de estrangeiros no país, conforme o Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969 e como princípio de não ingerência nos assuntos internos de outros países. Matérias em jornais brasileiros criticaram a decisão e informaram que nada foi feito quando o grupo de esquerda Portugal Democrático criticou o Estado Novo, e que estaria ocorrendo uma perseguição contra aqueles que defendem

³⁹ Português, professor da Universidade de São Paulo de 1964 a 1969.

⁴⁰ 600.2(F42) 642.011(F42) 642.4(846) DSI Dados sobre Joaquim Barradas de Carvalho. Contrato de comunistas brasileiros por universidades portuguesas, Secreto, Lisboa, 22 de agosto de 1974.

⁴¹ DSI/MRE – CISA SNI/AC Ministério da Aeronáutica, Estado Maior da Aeronáutica, Subchefia de Coordenação, Seção de Informações. Subversivos em Portugal, chegados após a revolução de 25 de Abril, Secreto, 20 de dezembro de 1974.

⁴² 600(F42)900.2(F42)(A) Consulado do Brasil em Luanda, Permanência no Brasil do doutor Anibal São José Lopes, ex-Diretor da DGS em Angola, Confidencial, 15 de maio de 1974.

uma linha contrária à esquerdização do país. Também foi criticada a incoerência em proibir a livre manifestação de cidadãos portugueses já que o direito de votar e de exercer cargos eletivos no Brasil eram permitidos⁴³.

Internamente, o governo Geisel continuou vigilante com a presença comunista no Brasil, atividade sempre monitorada, e se preocupou com a onda migratória. Com o fim do colonialismo português e do Estado Novo, houve uma onda de emigração, muitos vinham como turistas e ficavam definitivamente no Brasil, fugiam do desemprego, do caos econômico. Em 1972 e 1973, vieram 10 mil pessoas por ano. Entre 1974 e 1976, o número subiu para 30 mil anualmente. Calcula-se que durante a revolução, cerca de 60 mil refugiados entraram no Brasil com visto de turista, e milhares com visto de imigrante. Como medida para controlar esse êxodo demográfico, e conforme a revolução se radicalizava, maiores eram as preocupações do governo brasileiro. Existia o temor de que o perigo da subversão se alastrasse a partir de Portugal, além do próprio inchaço demográfico. O grande número de imigrantes e o receio subversivo fez com que Geisel criasse um Grupo de Trabalho que contou com membros do MRE, do SNI e do Conselho Nacional de Segurança (CNS)⁴⁴. Geisel foi orientado pelo GT a neutralizar os acordos que favoreciam a emigração, ter maior dureza na cobrança de vistos de turista, e exigir um formulário para ser preenchido pelos visitantes, tendo como horizonte critérios de seleção desses imigrantes (Dávila, 2011, p.219). A diretriz procurava evitar a vinda de candidatos à imigração que solicitassem a permanência definitiva no Brasil, o que contrariava os "interesses da política imigratória brasileira".

Por isso, devia se evitar a vinda do "falso turista", além de ativistas e militantes revolucionários⁴⁵.

Outra preocupação relacionada à política interna do Brasil foi a campanha feita pelo PCP para mobilizar a opinião pública e o governo português com o intuito de pressionar o governo brasileiro a libertar os portugueses José Duarte e o padre Alípio de Freitas. Presos no Brasil por motivos políticos, Fontoura considerou que tal pressão poderia contribuir com a deterioração das relações Brasil/Portugal⁴⁶.

Por fim, a primeira avaliação da diplomacia em relação ao novo regime foi de reconhecer que "o programa estabelecido pelo novo Governo, é no sentido democrático, dos mais avançados". Apesar disso, avaliou que manter a liberdade total poderia ser perigoso, considerando que o comunismo internacional poderia colocar em risco a sobrevivência do regime e das instituições. Também preconizou que o campo social seria afetado pela pregação e exigências das esquerdas, trazendo à tona a necessidade de contê-las com medidas disciplinadoras. Internacionalmente, o relatório avaliou que a situação de Portugal iria melhorar, que contaria com o apoio do Bloco Ocidental e dos Organismos Internacionais por conta de sua redemocratização e da solução dos impasses nas colônias⁴⁷.

Rumos democráticos e contenção da epopéia revolucionária

A ruptura proporcionada pela Revolução dos Cravos dividiu a transição política em dois momentos: começou com a destruição do Estado Novo e terminou com a institucionalização da democracia. Esse processo contou com duas

⁴³ 042 (F42). Ministério da Justiça. Relatório da Polícia Federal a respeito de manifestações de brasileiros e de portugueses residentes no Brasil, a propósito da situação política de Portugal. Confidencial, 18 de março de 1975.

⁴⁴ A embaixada brasileira, a pedido do SNI, também averiguou se diplomatas e funcionários de países do Leste Europeu/URSS, recém-chegados em Lisboa, podiam ser agentes de "espionagem e subversão". Fontoura concluiu que informações fidedignas da embaixada dos EUA confirmaram a veracidade desse receio; inclusive, vários desses indivíduos, reconhecidos por seu informante, serviram no Brasil e falavam português (Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Telegrama nº822 à Embaixada Brasileira em Lisboa, Atividades dos serviços de espionagem e subversão de países do Leste Europeu, Secreto, 8 de Novembro de 1974; Embaixada do Brasil em Lisboa, Atividades dos serviços de espionagem e subversão dos países de Leste em Portugal, Secreto, 29 de agosto de 1974).

⁴⁵ DCI/DAF 500(846) 511.141 Secretaria de Relações Exteriores ao Consulado em Lourenço Marques, Autorização prévia para a concessão de visto. Normas para a concessão de visto permanente, Confidencial, 16 de julho de 1974.

⁴⁶ 600(F42) 601.31(F42) DE-I/DSI/AIG. Campanha pró-libertação de José Duarte e do Padre Alípio de Freitas. Brasemb Lisboa. Secreto-Urgente, 29 de maio de 1975.

⁴⁷ Ministério da Aeronáutica, Estado Maior da Aeronáutica, Adido Aeronáutico à Embaixada do Brasil-Portugal. Relatório Especial, Secreto, 30 de abril de 1974.

fases: a pré-constitucional ou revolucionária (1974-1976) que demarcou a extinção do regime anterior e a constitucional que demarcou a institucionalização do novo regime (1976-1982) (Mendes, 2004, p.173). Para efetivar esse processo foram nomeados pela JSN seis governos provisórios, conforme estabelecido no programa do MFA, medida paliativa até a realização de eleições de um governo civil. Os seis governos provisórios⁴⁸ possuíram três posições em disputa no campo da política externa:

A primeira, (I, II e III governos provisórios) pró-ocidental, idealizada por Mário Soares, defendia uma estratégia euro-atlântica. A segunda, a chamada opção "terceiro-mundista", propunha uma estratégia neutralista não alinhada e foi personificada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes (IV e VI governos provisórios). Finalmente, a terceira, defendida pelo Primeiro-ministro Vasco Gonçalves (II a V governo provisório), assumia uma linha pró-soviética (Mendes, 2004, p.176).

Internamente, com o Verão Quente de 1975⁴⁹, as tensões entre esquerda e direita se intensificaram. A embaixada brasileira em Lisboa chegou a informar por telegrama que existia uma "verdadeira histeria" da extrema-esquerda na imprensa portuguesa, supondo que a CIA estaria interessada na promoção da derrubada do regime português. A agência estadunidense escolheria o PS como partido para tomar o poder. O telegrama informou que o governo dos EUA também estava impedindo a vinda de investimentos estrangeiros em Portugal⁵⁰. Outro documento informou que o "grupelho minoritário" União Comunista Marxista-Leninista (Vanguardas Vermelhas) estava difundindo a informação de que, comandados por Frank Carlucci⁵¹, 200 agentes da CIA teriam

desembarcado em Portugal. A trama do golpe contaria com o apoio de Fontoura, "chefe da PIDE brasileira", que atuaria na linha auxiliar do embaixador Carlucci⁵².

A diplomacia brasileira chegou a cogitar que Portugal passaria por uma guerra civil. Fontoura avaliou que essa possibilidade era considerada um "fantasma", mas que havia se tornado uma solução diante da deterioração da conjuntura política-econômica-social e do desejo de alguns setores. Em telegrama, ao avaliar a conjuntura portuguesa, Fontoura informou que:

Portugal enfrentava uma crise econômica, por conta da "reconversão desorientada" de sistema capitalista para socialista. Esse conflito trouxe repercussões desfavoráveis: estagnação de investimentos, quedas de produção e produtividade, contração de consumo, dificuldade de venda externa de bens e serviços, redução das remessas financeiras de emigrantes portugueses, etc.

O governo havia perdido a capacidade institucional e a autoridade em resolver os problemas fundamentais do país por conta do despreparo e da in experiência.

As FFAA estavam divididas em quatro facções: confrontação armada (nacionalista extremada), de Rosa Coutinho e Otelo Saraiva de Carvalho; socialista-marxista, de Vasco Gonçalves; socialista-moderada, de Melo Antunes e Victor Alves; moderada ou profissional, de Costa Gomes, Fabião, Diogo Neto.

Os militares em geral estavam descontentes com a orientação imposta ao país pelo grupo esquerdista minoritário e pelas depurações de elementos mais capazes.

Uma ação tumultuada de partidos e grupos políticos, acentuada depois das eleições, havia

⁴⁸ I (16 de maio – 17 de julho de 1974), primeiro-ministro: Adelino da Palma Carlos; II (17 de julho – 30 de setembro de 1974), primeiro-ministro: Vasco Gonçalves; III (30 de setembro de 1974 – 26 de março de 1975), primeiro-ministro: Vasco Gonçalves; IV (26 de março – 8 de agosto de 1975), primeiro-ministro: Vasco Gonçalves; V (8 de agosto – 19 de setembro de 1975), primeiro-ministro: Vasco Gonçalves; VI (19 de setembro de 1975 – 23 de julho 1976), primeiro-ministro: José Pinheiro de Azevedo.

⁴⁹ O ano de 1975 foi turbulento. Houve a tentativa de golpe de Estado organizada pela ala spinolista, com uma insurreição na Base Aérea de Tancos e um ataque aéreo no Quartel do Regimento de Artilharia Ligeira 1. Spínola acabou fugindo para Espanha. Em março, foram extintos o Conselho de Estado e a JSN, o MFA criou o Conselho da Revolução. Em julho, o MFA publicou o polêmico documento "Aliança Povo/MFA para a construção da sociedade socialista em Portugal", ocorrendo ações violentas contra as sedes de partidos e organizações políticas de esquerda, especialmente no norte e no centro de Portugal.

⁵⁰ 601.3 (B13) 600 (F.42) DE-I/DCS. Campanha contra a CIA. Acusações de tentativa de golpe contra o regime português. Brasemb Lisboa. Confidencial, 5 de março de 1975.

⁵¹ Apontado no telegrama como colaborador do golpe civil-militar realizado em 1964 no Brasil.

⁵² 600(F.42) G/SG/DSI/DE-I/DCS. CIA. Embaixada do Brasil e dos Estados Unidos. Denúncia de golpe fascista. União Comunista. Brasemb Lisboa. Confidencial, 8 de janeiro de 1975.

ocorrido.

Uma onda de insatisfação e desalento popular tinha surgido, principalmente pela perda do poder aquisitivo (inflação e contenção salarial).

O desemprego havia aumentado (350 mil trabalhadores ou 12% da força de trabalho), o subemprego também (500 mil trabalhadores), além da instabilidade das empresas (riscos de falências e depurações em todos os níveis).

A existência de massa popular preparada para operações militares (pelo menos 1.200.00 ex-recrutas das guerras em África, de armas e munições mantidas em depósitos particulares).

A crescente preocupação de enquadramento dessas massas em organizações paramilitares oficiais (brigadas, comitês, milícias).

A presença de organizações contrarrevolucionárias, localizadas na Espanha e na França, com ramificações no território metropolitano (Açores e Madeira).

De acordo com "argutos e frios observadores", a guerra civil possuía três estopins: a) entrechoque dentro das FFAA e unidades militares com poder operacional contrárias ao Conselho da Revolução; b) invasão do país por organizações contrarrevolucionárias; c) assassinato por grupos terroristas de lideranças revolucionárias (Rosa Coutinho, Saraiva de Carvalho, Varela Gomes). A guerra civil não aconteceu⁵³ e esse conturbado contexto foi apaziguado por uma intervenção militar, que contou com o apoio das forças políticas moderadas, derrotando as alas radicais das FFAA e a extrema-esquerda. Significou o fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC) e a dissolução do Comando Operacional do Continente (COPCON), abrindo caminho para a estabilização democrática e o alinhamento com o bloco Ocidental.

O ano de 1976 foi palco da aprovação de uma nova Constituição pela Assembleia Constituinte, no dia 2 de abril; no dia 25 de abril ocorreram

eleições legislativas⁵⁴ para a Assembleia da República; e no dia 27 de junho aconteceram eleições presidenciais. A centro-esquerda coroou a vitória do Coronel António Ramalho Eanes, liderança que encampou a restauração da estabilidade em Portugal (Newit, 2009, p.213). Com isso, não foram os políticos que encerraram a aliança entre civis comunistas e capitães das FFAA, mas uma facção moderada interna do Exército. E, no segundo aniversário da revolução, Soares foi eleito primeiro-ministro. Ainda sobre o 25 de novembro, Soares disse:

O 25 de novembro salvou a Revolução. Se a louca aventura dos comunistas e dos esquerdistas tivesse triunfado, a História ficaria enriquecida com uma 'comuna de Lisboa' e com uma guerra civil: os insurrectos ter-se-iam aguentado um mês, talvez mesmo mais, antes de serem massacrados. E o País viria a ser esmagado pela bota de novos ditadores, ávidos de vingança e de poder (Soares, 1976, p. 207).

Fontoura havia feito uma avaliação de que Spínola via em Soares o melhor nome para ser primeiro-ministro pelas seguintes razões:

1) Afastaria as FFAA do posto político; 2) Usaria o prestígio para se aproximar do Mercado Comum Europeu; 3) Entregaria a direção do governo a um político de esquerda, mas conservador na escolha da tática gradual e democrática; 4) Afastaria o receio do capital estrangeiro e dos investidores locais (600 (F42) 602.2 (F42). G/SG/DE-1/DAF/DNU. Perspectivas políticas do Chanceler Mário Soares. Brasemb Lisboa, Secreto Urgente, 2 de setembro de 1974).

Soares tomou posse durante o primeiro governo constitucional, no dia 23 de setembro de 1976. Assim que foi eleito, António Azeredo da Silveira, ministro do Itamaraty, desejou em uma minuta de telegrama "calorosos votos por uma administração cheia dos melhores êxitos à frente do Governo" e afiançou que o Brasil acompanhava "com fraterno interesse a marcha de Portugal rumo aos altos destinos que a História

⁵³ Para ter noção da gravidade da situação, a Embaixada de Cuba em Lisboa foi destruída por "bomba de alta potência" colocada de frente à porta principal em uma valise. A explosão teria abalado todo o edifício de dez andares, arrebentando todas as janelas e portas, deixando vários feridos. Em telegrama, Fontoura avaliou que esse atentado, por conta da potência material e do impacto político, teria sido o mais importante desde o alvorecer do 25 de abril. O embaixador cubano teria atribuído à CIA e ao movimento reacionário português as responsabilidades pelo atentado bombista (600(F42) DSI/DE-1/DCS. Terrorismo em Portugal, destruição da Embaixada de Cuba em Lisboa. Da Embaixada em Lisboa, Secreto Urgente, 23 de abril de 1976).

⁵⁴ PS 35%, PPD 24%, CDS 15,9%, PCP 14,6%, UDP 1,7%.

lhe reserva⁵⁵". A Embaixada do Brasil em Lisboa acompanhou os processos eleitorais de Portugal, produzindo *clippings* com panfletos, programas de governo, manifestos e demais documentos eleitorais dos partidos políticos. Entretanto, não sugeriu tomada de posição política por parte do Estado brasileiro, apenas cumpriu o papel de informar o Itamaraty e a Secretaria de Estado sobre a conjuntura política portuguesa.

As nações da Europa Ocidental que possuíam governos no campo da socialdemocracia defenderam a democracia em Portugal e demonstraram receio diante do avanço de setores do MFA, dos comunistas e da esquerda radical (Freixo, 2010, p.258). Por isso, ajudas financeiras foram realizadas por países europeus, mas só ocorreram durante o VI Governo Provisório, quando a liderança comunista já tinha sido afastada e a direção política se enquadrou na via socialdemocrata. Soares se tornou o "queridinho" da socialdemocracia internacional e "estancar a revolução" em curso foi uma opção dessa corrente política, que buscou estabelecer uma democracia ao estilo europeu Ocidental (Paço, 2019, p. 213). Seu partido recebeu ajuda financeira de todos os grandes partidos da Segunda Internacional, especialmente do Partido Trabalhista Britânico e do Partido Socialista Francês (Mailer, 1977, p.172). Foi uma obrigação de todos os partidos socialdemocratas da Europa impedir que Portugal seguisse o caminho do comunismo. Já a opção europeia foi coroada definitivamente em 1986 quando o país se tornou membro pleno da Comunidade Econômica Europeia. Esse ingresso foi uma conquista e uma demonstração de respeitabilidade que a democracia de Portugal alcançou, bem como a abertura de novas portas econômicas (Birmingham, 2017, p.200).

No processo eleitoral de 1976, com a estabilização da revolução, formou-se o primeiro governo constitucional, reverteram-se as medidas revolucionárias e desbaratou-se a esquerda militar. O Partido Socialista alinhou-se com o Partido do Centro Democrático Social (CDS) de Diogo Freitas

do Amaral, com o Partido Popular Democrático (PPD) e com o Partido Social-Democrata (PSD) de Francisco Sá Carneiro, e afastou o Partido Comunista Português (PCP) e os grupos de esquerda, neutralizando a radicalização revolucionária (Netto, 1986, p.67). A Europa passou a ser o cenário estratégico inédito e incontornável; o mercado e a iniciativa privada tornaram-se pilares do desenvolvimento e reguladores da nova ordem econômica e social; a democracia parlamentar ergueu-se como estágio máximo, irreversível e culminante da harmonia política e social (Rosas, 1998, p.76-77). Tal escolha baseou-se no interesse em consolidar e materializar a democracia, fortalecida pelas relações de Portugal com a Comunidade Europeia, além da modernização e do incremento econômico que a ajuda europeia representava (Teixeira, 2004, p.11).

Conclusões

A análise da documentação diplomática do Brasil proporcionou algumas conclusões. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o novo regime português e não interferiu politicamente no percurso pós-25 de abril, resguardando o princípio diplomático de não-ingerência. Em 1973, a embaixada brasileira em Lisboa, diferentemente da diplomacia estadunidense que foi surpreendida, já avaliava que: o Estado Novo poderia ruir; que havia descontentamento entre setores militares com a Guerra Colonial; que Spínola tornaria a liderança política de um movimento político que transformaria a realidade portuguesa; que a opção europeia seria pavimentada, em decorrência do volume de transações comerciais e econômicas que Portugal realizava com a Europa, ou seja, o comunismo não se tornaria a via vitoriosa. Apesar do cenário ainda não aventar a figura de Mário Soares e da socialdemocracia como caminhos para a estabilização democrática, o documento reconheceu que a Europa teria maior importância nas mudanças que Portugal viveria. A maior preocupação do regime civil-militar do Brasil foi com o intercâmbio político de militantes

⁵⁵ 604.1(F42) 600(F42) DE-I/C/AG/ Mensagem de congratulações ao Primeiro-Ministro Mário Soares. Urgentíssimo, Confidencial, nº514, 28 de julho de 1976.

comunistas e socialistas que poderiam fomentar a revolução também em terras brasileiras, além da vinda de militantes que se passariam por turistas e viriam para o Brasil. A escolha de Carlos Alberto da Fontoura, por conta de sua experiência no trabalho de informação e contrainformação, foi uma das motivações para acautelar-se diante do risco que a Revolução dos Cravos possuía para o Brasil; porém, essa opção em nenhum momento constituiu interferência nos assuntos portugueses. Mesmo assim, o Itamaraty e o governo do Brasil possuíam duas preocupações. A primeira estava relacionada ao risco de propaganda que poderia ser feita contra o regime brasileiro em Portugal, sendo promovida por opositores brasileiros; A segunda se tratava da precaução contra o perigo de entusiastas da Revolução dos Cravos promoverem um movimento semelhante em território brasileiro, ingressando como turistas ou imigrantes. Como parte da política externa de não se envolver nos assuntos de Portugal, o Brasil também evitou apoiar as iniciativas da direita radical spinolista e do próprio Spínola, que procuravam realizar uma reação contrarrevolucionária e promover um golpe em Portugal. A manifestação pública contra o novo regime pelo movimento anticomunista Viva Portugal foi igualmente vetada, demonstrando a valorização do princípio de autodeterminação e de não ingerência nos assuntos internos portugueses. Outra questão importante se refere ao poder político de Mário Soares. É difícil avaliar se houve contentamento por parte da diplomacia brasileira com a vitória de Mário Soares e da social-democracia, mas é certo que o líder foi prontamente acolhido e reconhecido pelo governo do Brasil. Ainda em maio de 1974, Soares, à frente do MNE, enviou carta a Azeredo da Silveira vislumbrando grandes possibilidades de cooperação entre os governos brasileiro e português no plano econômico, cultural e de defesa da língua⁵⁶. Seu homólogo respondeu com satisfação sobre os rumos que o chamado *Movimento de Salvação Nacional* em

Portugal traria para estabelecer laços ainda mais estreitos e fraternais entre os dois países. Na carta, concordou com as grandes possibilidades de cooperação entre Brasil/Portugal e em resposta protestou com alta estima e distinta consideração⁵⁷. Em 1975, Soares realizaria a primeira de uma série de visitas ao Brasil, selando relações bilaterais positivas e em nenhum momento o governo de Portugal procurou interferir no cenário político do Brasil.

Arquivos

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores

Arquivo Histórico-diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Referências

- Ansart, P. A. (2019). *Gestão das Paixões Políticas*. Curitiba: Ed. UFPR.
- Antunes, J. F. (1990). *O fator africano: 1890-1990*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Augusto, C. de F. (2011). *A Revolução Portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp.
- Birmingham, D. (2017). *A Concise History of Portugal*. Cambridge: University of Sussex Library.
- Cabral, M. V. (2020). A sociedade portuguesa na década de 1960. In: Brito, J. M. B. & Santos, P. B. (Coords.). *Os anos sessenta em Portugal: duas governações, diferentes políticas públicas?* (37-50). Porto: Afrontamento.
- Caetano, M. (1959). *Páginas Inoportunas*. Lisboa: Bertrand.
- Carvalho, T. (2012). Transição e descolonização. As relações entre Portugal e o Brasil (1974- 1976). *Ler História*, 63, 127-141.
- Chilcote, R. (2010). *The Portuguese Revolution: State and Class in the Transition to Democracy*. Boulder: Rowman & Littlefield.
- D'Araujo, M. C. & Castro, C. (1997). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Dávila, J. (2011). *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra.

⁵⁶ Carta enviada por Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 20 de maio de 1974.

⁵⁷ Resposta de Azeredo da Silveira a Mário Soares, 21 de maio de 1974.

Diniz, E. (1994). Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985. In: Soares, G. A. D. & D'Araujo, M. C. (Coords.) *21 anos do Regime: balanços e perspectivas*. (198-231). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Figueiredo, A. (1976). *Portugal: 50 anos de ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Freixo, A. (2009). As Repercussões da Revolução dos Cravos. *Tensões Mundiais*, v. 5,

p. 247-263.

Gallagher, T. (1983). *Portugal: a twentieth-century interpretation*. Manchester: Manchester University Press.

Gões, W. de (2007). *Revolução em Portugal*. Brasília: Editora UNB.

Gomes, F. M. (2006). *Memórias de uma guerra inacabada: Portugal, os Estados Unidos e o processo de descolonização angolano*. Lisboa: Edições Colibri.

Harvey, R. (1978). *Portugal: the birth of democracy*. London: The Macmillan Press.

Mailer, P. (1977). *Portugal: the impossible revolution?* London: Solidarity.

Mendes, P. (2004). *A dimensão internacional da transição democrática em Portugal: a influência da Europa*. Porto: População e Sociedade.

Mendonça, F. A. do P & Miyamoto, S. (2011). A política externa do governo Geisel (1974-1979). *Século XXI*, v.2, nº 2, 1-29.

Netto, J. P. (1986). *Portugal: do fascismo à revolução*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto.

Newit, M. (2009). *Portugal in European World History*. London: Reaktion Books.

Oliveira, H. A. de. (2005). *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva.

Paço, A. S. do. (2019). A intervenção da Internacional Socialista na Revolução dos Cravos. In: Fontes, J; Paço, A. S. do; Louçã, J. C. & Pérez, M. (Orgs.). *Entre Outubro e Abril: estudos sobre trabalho, revoluções e movimentos sociais no Século XX*. Famalicão: Edições Húmus.

Page, M. (2011). *Portugal e a revolução global*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Ramos, R. (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Rezola, M. I. (2015). Um ano de revolução. In: Almeida, P. C. (Coord.). *Descolonização: a solução – descolonizar* (4-19). Aveleda: Verso da História.

Rosas, F. (1998). Mitos e realidades na história portuguesa do Século XX. In: *Actas do colóquio internacional Expo 98*. (Portugal na Transição do Milénio. Lisboa: Fim de Século Edições.

Rosas, F. (2004). *Pensamento e acção política: Portugal, século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rosas, F. (2007). Memória da violência e violência da memória. (Prefácio). In: Pimentel, I. F.; Madeira, J. & Farinha, L. (Orgs.). *Vítimas de Salazar – Estado Novo e violência política*. Lisboa: A esfera dos livros.

Secco, L. (2005). *25 de Abril de 1974: a Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Soares, G. A. D. & D'Araujo, M. C. (1994). *21 anos do Regime Militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Soares, M. (1976). *Portugal: que revolução?* São Paulo: Paz e Terra.

Souto, A. N. de. (2007). *Caetano e o ocaso do 'império': administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo* (1968-1974). Porto: Edições Afrontamento.

Spinola, A. de. (1974). *Portugal e o Futuro: análise de conjuntura nacional*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Teixeira, N. S. (2004). O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*, 5-12.

Tiago João José Alves

Pós-doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio de doutorado-sanduiche pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) e mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É pesquisador associado do grupo de pesquisa Direitos Humanos e Políticas de Memória (DIHPOM). Tem experiência na área de História, com ênfase em História das relações entre Brasil/Portugal, História do Brasil, História de Portugal e História da África.

Endereço para correspondência

Tiago João José Alves

Rua Carlos Cesarini, 56, ap. 7

Bacacheri, CEP 82515-400

Curitiba, Paraná, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Mais H Consultoria Linguística Internacional e submetidos para validação dos autores antes da publicação.